



Contato: (24) 98140-0016 / (24) 3349-5165

Email: licitacaoigor@gmail.com

IGOR REIS MOREIRA MATHIAS

IRM MATHIAS COMERCIO DE MOVEIS

RUA 209, 48, CONFORTO, VOLTA REDONDA RJ

À HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

A/C PREGOEIRO(A) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90114/2024- SRP Nº 125/2024

RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DA EMPRESA KADOSHI COMERCIO E
REPRESENTACOES LTDA

Prezados Senhores,

1. Introdução

Nós, da empresa IRM MATHIAS COMERCIO DE MOVEIS, inscrita no CNPJ sob nº 19.314.449/0001-52, vimos, por meio deste, interpor recurso administrativo em face da decisão da habilitação da empresa KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA no processo licitatório em epígrafe, em razão da não apresentação dos documentos exigidos no edital nomeadamente os Laudo Referente a NR17, e laudos ou ensaios técnicos referentes as normas ASTM D 2794, NBR 9209/86 e o Certificado referente a norma NBR ISO 14001.

Vejamos o que estabelece o edital em seu ANEXO I, Termo de referência.

“PARA ASSEGURAR A QUALIDADE, SEGURANÇA E VISANDO O BEM ESTAR DO USUÁRIO, O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA O CERTIFICADOS ABAIXO CERTIFICADO NBR ABNT 13962:2018, LAUDO DE PROFISSIONAL (ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, MÉDICO DO TRABALHO OU ERGONOMISTA) DEVIDAMENTE CREDITADO.

I. R. M. MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS – ME

CNPJ: 19.314.449/0001-52 I. E. : 86.583.160

Rua 209, nº48, Bairro Conforto, Volta Redonda - RJ 27.263-505

ATESTANDO QUE O FABRICANTE DOS MÓVEIS, ATENDE AOS REQUISITOS DA NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO GARANTINDO O ATENDIMENTO E CONFORMIDADE ÀS NORMAS, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 11003, NBR 5841, ASTM D 2794, NBR ISO 4628-3, NBR 9176/2016, NBR 9209/86, NBR 14961/2016, NBR 8515:2010, NBR 8516:2020, NBR 8619/15, NBR 8797/17, NBR 9176/16, NBR 9177/15, NBR 9178/2015, NBR ISO 14001/2015, CATÁLOGO TÉCNICO DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ CONTAR COM ETIQUETA DO FABRICANTE PARA CONFIRMAÇÃO DE QUE O PRODUTO ENTREGUE É DE FATO CORRESPONDENTE AOS CERTIFICADOS APRESENTADOS."

2. Fundamentação

Os princípios legais que regem as compras públicas são fundamentais para garantir a lisura, a transparência e a equidade nos processos de aquisição de bens e serviços pelo poder público. Esses princípios estão previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), além de outras normas e legislações que complementam o sistema jurídico brasileiro. Neste sentido, destacamos:

2.1 Princípio da Igualdade

O princípio da igualdade, previsto no Art. 3º da Lei Federal 14.133/2021, estabelece que a licitação deve garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, tratando todos os licitantes de maneira equitativa:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável."

No presente caso, a não apresentação dos certificados e laudos comprometeu a igualdade de condições entre os concorrentes. Esses documentos são essenciais para garantir que todos os participantes atendam aos mesmos padrões técnicos e de segurança, qualidade, durabilidade e ergonomia conforme estabelecido no edital.

2.2 Princípio da Legalidade

O princípio da legalidade, conforme o Art. 37 da Constituição Federal e o Art. 2º, VI, da Lei Federal 14.133/2021, exige que todas as ações da Administração Pública estejam em conformidade com a lei:

Constituição Federal (Art. 37)

"A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência."

Lei Federal 14.133/2021 (Art. 2º)

"A Administração Pública, direta e indireta, obedecerá, dentre outros, aos seguintes princípios: [...] VI - legalidade."

O edital, que estabelece a exigência dos laudos e certificados, é a norma que rege a licitação e deve ser rigorosamente cumprido. A ausência desses documentos viola o princípio da legalidade, pois os requisitos estabelecidos no edital são essenciais para garantir a conformidade técnica, a segurança, qualidade, durabilidade e ergonomia dos produtos oferecidos.

2.3 Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório

O princípio do atendimento ao edital é um dos pilares da legislação sobre licitações e contratos administrativos, e está consagrado na Lei Federal 14.133/2021, que rege as licitações no Brasil. Este princípio assegura que todas as regras e exigências estabelecidas no edital devem ser rigorosamente seguidas pelos participantes e pela Administração Pública, garantindo a integridade e a transparência do processo.

Lei Federal 14.133/2021:

Art. 44: "No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei."

§ 1º: "É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes."

Art. 45: "O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle."

O art 44 reforça que o julgamento das propostas deve ser feito com base em critérios objetivos e claramente definidos no edital, assegurando que não haja subjetividade que possa comprometer a igualdade entre os concorrentes.

O § 1º proíbe o uso de critérios que possam violar o princípio da igualdade, garantindo que todas as avaliações sejam feitas de forma objetiva e transparente.

Já o artigo 45 reforça a necessidade de julgamento objetivo e de acordo com os critérios estabelecidos no edital, possibilitando a aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório estabelece que tanto a Administração Pública quanto os licitantes devem seguir estritamente as condições e regras estabelecidas no edital ou na carta-convite durante o processo de licitação. O edital funciona como uma espécie de "lei interna" da licitação, contendo todas as diretrizes, requisitos, critérios de avaliação, prazos, e demais condições que regulam o certame.

Esse princípio é fundamental para garantir a transparência, a segurança jurídica e a igualdade de tratamento entre todos os participantes do processo licitatório. Sua importância pode ser traduzida em:

I. R. M. MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS – ME

CNPJ: 19.314.449/0001-52 I. E. : 86.583.160

Rua 209, nº48, Bairro Conforto, Volta Redonda - RJ 27.263-505

1. **Transparência e Impessoalidade:** Ao seguir rigorosamente o edital, a Administração Pública assegura que o processo seja conduzido de maneira transparente e imparcial. Todos os participantes estão cientes das regras e condições desde o início, evitando favorecimentos ou discriminações.
2. **Segurança Jurídica:** A vinculação ao instrumento convocatório proporciona segurança jurídica aos participantes, pois as regras são claras e pré-estabelecidas, e qualquer desvio pode ser contestado judicialmente. Isso diminui o risco de decisões arbitrárias ou discricionárias por parte da Administração.
3. **Prevenção de Fraudes e Abusos:** O respeito às normas do edital previne fraudes, manipulações e abusos no processo licitatório. Qualquer modificação nas regras do edital, seja pela Administração ou pelos licitantes, pode comprometer a integridade do processo e levar à anulação da licitação.
4. **Igualdade de Condições:** Garantir que todos os licitantes respeitem as mesmas regras promove a igualdade de condições entre os concorrentes, essencial para uma competição justa e equitativa.

Desta forma se a Administração Pública ou os licitantes não seguirem o que está prescrito no edital, podem ocorrer as seguintes consequências:

Desclassificação de Propostas: Licitantes que não atendam aos requisitos do edital ou que não sigam suas regras podem ser desclassificados do certame.

Anulação do Processo Licitatório: A Administração Pública, ao descumprir as regras estabelecidas no edital, pode ter o processo licitatório anulado, seja por decisão administrativa, seja por decisão judicial, para proteger os princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade.

Responsabilidade dos Agentes Públicos: Agentes públicos que descumprirem o princípio da vinculação ao edital podem ser responsabilizados administrativa, civil e penalmente, dependendo da gravidade da violação.

2.4 Jurisprudência e Acórdãos

A jurisprudência reforça a necessidade de conformidade com as exigências editalícias:

Acórdão TCU 1.569/2009: O Tribunal de Contas da União (TCU) destacou que a apresentação de documentos exigidos pelo edital é crucial e que a não apresentação pode levar à desclassificação. O Tribunal ressaltou que as regras do edital devem ser seguidas rigorosamente para garantir a transparência e a igualdade.

Acórdão TCU 2.029/2012: O Tribunal de Contas da União (TCU) destacou que a não apresentação de documentos exigidos pelo edital resulta em desclassificação, uma vez que as exigências devem ser atendidas para garantir a isonomia e a integridade do processo.

STJ - REsp 1.290.451/PR: O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a não apresentação de documentos exigidos pode resultar em desclassificação, confirmando a necessidade de cumprimento das exigências editalícias.

2.4.1 Acórdão TCU 1.569/2009

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou um caso em que a não apresentação de documentos exigidos pelo edital levou à desclassificação de um participante. O acórdão sublinha a importância de seguir rigorosamente as exigências do edital para garantir a transparência e a igualdade no processo licitatório.

Principais Pontos:

1. **Importância da Apresentação dos Documentos:** O TCU destacou que a apresentação dos documentos exigidos pelo edital é essencial para a participação em um processo licitatório. A ausência desses documentos pode levar inevitavelmente à desclassificação do participante, conforme os critérios estabelecidos no edital.
2. **Rigor na Aplicação das Regras do Edital:** O acórdão ressaltou que as regras estabelecidas no edital devem ser seguidas rigorosamente. Qualquer desvio ou não cumprimento das exigências pode comprometer a integridade do processo, prejudicar a transparência e afetar a igualdade entre os concorrentes.
3. **Garantia da Transparência e Igualdade:** A decisão do TCU enfatizou que a conformidade com os requisitos do edital é crucial para garantir a transparência e a igualdade no processo licitatório.

A desclassificação de participantes que não atendem aos requisitos é uma forma de assegurar que todos os concorrentes sejam tratados de maneira equitativa.

Este acórdão demonstra a necessidade de aderir estritamente às exigências do edital para assegurar que o processo licitatório seja conduzido de forma justa e transparente. Ele reforça a ideia de que qualquer falha no cumprimento das exigências pode resultar em desclassificação, preservando assim a igualdade de condições entre os participantes e a integridade do processo.

O **Acórdão TCU 1.569/2009** é um exemplo fundamental de como o Tribunal de Contas da União reforça a importância da conformidade com as exigências editalícias. Ele destaca que a apresentação de documentos exigidos pelo edital é um requisito fundamental para a participação em um processo licitatório, e que a desclassificação pode ocorrer em caso de não cumprimento. Seguir as regras do edital rigorosamente é essencial para garantir a transparência e a igualdade no processo licitatório.

2.4.2 Acórdão TCU 2.029/2012

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou um caso em que uma empresa foi desclassificada de um processo licitatório devido à não apresentação de documentos essenciais exigidos pelo edital. O acórdão enfatizou a importância de cumprir todas as exigências estabelecidas no edital para garantir a isonomia e a integridade do processo licitatório.

Principais Pontos:

1. **Não Apresentação de Documentos:** O TCU decidiu que a não apresentação dos documentos exigidos pelo edital configura motivo suficiente para desclassificação do participante. O acórdão reafirma que todas as exigências editalícias são fundamentais para o processo licitatório e que a desclassificação é uma consequência legítima da não conformidade com essas exigências.
2. **Garantia da Isonomia:** O acórdão ressaltou que a observância rigorosa das exigências editalícias é essencial para garantir a igualdade de condições entre todos os participantes. A isonomia, ou igualdade, é um princípio fundamental nas licitações e deve ser assegurada por meio da aplicação uniforme das regras do edital.
3. **Integridade do Processo:** A decisão também destacou que o cumprimento das exigências estabelecidas no edital é crucial para manter a integridade e a transparência do processo licitatório.

A desclassificação de um participante que não atende às exigências contribui para a manutenção da legalidade e da justiça no certame.

Este acórdão ilustra a aplicação dos princípios da legalidade e da isonomia nas licitações e contratos administrativos, reforçando que as exigências estabelecidas no edital devem ser rigorosamente cumpridas. A jurisprudência do TCU e de outros tribunais reafirma a necessidade de atender a todas as condições previstas no edital para garantir um processo justo e transparente.

O **Acórdão TCU 2.029/2012** é um exemplo claro de como a não apresentação de documentos exigidos pode levar à desclassificação de uma empresa, assegurando que todas as exigências editalícias sejam cumpridas para garantir a igualdade e a integridade no processo licitatório. É crucial para a administração pública e para os participantes de licitações compreender e aplicar esses princípios para manter a justiça e a transparência nos processos de contratação pública.

2.4.3 STJ - REsp 1.290.451/PR

No Recurso Especial (REsp) 1.290.451/PR, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a não apresentação dos documentos exigidos pelo edital em processos licitatórios justifica a desclassificação do participante. A decisão destacou que o edital é a lei do certame, devendo ser observado rigorosamente por todos os concorrentes para garantir a igualdade de condições, a transparência, e a lisura do processo licitatório. O STJ reafirmou que a inobservância das exigências editalícias, como a falta de documentação obrigatória, compromete a regularidade da licitação e, portanto, pode levar à desclassificação da proposta.

2.5 Das Exigências do Edital

Quando uma empresa decide participar de um processo licitatório, ela automaticamente aceita os termos e condições estabelecidos no edital.

O edital é o documento que rege todo o procedimento licitatório, estabelecendo os requisitos, critérios de avaliação, documentação necessária, e demais condições que os participantes devem seguir. Portanto, ao submeter uma proposta, a empresa concorda implicitamente com todas as exigências e condições estipuladas no edital. Isso significa que, caso não cumpra essas exigências, como a apresentação de documentos obrigatórios, a empresa está sujeita a desclassificação, conforme decidido no REsp 1.290.451/PR pelo STJ.

A aceitação tácita dos termos do edital é fundamental para garantir a igualdade de condições entre os participantes e a transparência do processo.

O edital deste processo licitatório especifica claramente em seu ANEXO I, no detalhamento do item, o seguinte:

“PARA ASSEGURAR A QUALIDADE, SEGURANÇA E VISANDO O BEM ESTAR DO USUÁRIO, O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA O CERTIFICADOS ABAIXO CERTIFICADO NBR ABNT 13962:2018, LAUDO DE PROFISSIONAL (ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, MÉDICO DO TRABALHO OU ERGONOMISTA) DEVIDAMENTE CREDITADO, ATESTANDO QUE O FABRICANTE DOS MÓVEIS, ATENDE AOS REQUISITOS DA NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO GARANTINDO O ATENDIMENTO E CONFORMIDADE ÀS NORMAS, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 11003, NBR 5841, ASTM D 2794, NBR ISO 4628-3, NBR 9176/2016, NBR 9209/86, NBR 14961/2016, NBR 8515:2010, NBR 8516:2020, NBR 8619/15, NBR 8797/17, NBR 9176/16, NBR 9177/15, NBR 9178/2015, NBR ISO 14001/2015, CATÁLOGO TÉCNICO DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ CONTAR COM ETIQUETA DO FABRICANTE PARA CONFIRMAÇÃO DE QUE O PRODUTO ENTREGUE É DE FATO CORRESPONDENTE AOS CERTIFICADOS APRESENTADOS.”

2.5.1 Impacto dos Certificados nos Custos e Equidade da Disputa

Os certificados e laudos ABNT, ISO, NBRs e NR-17 garantem que o produto esteja em conformidade com normas de qualidade, resistência, ergonômica, durabilidade, sustentabilidade e segurança, o que pode implicar em custos adicionais para a empresa que os possui. A ausência desses certificados por parte de um concorrente pode resultar em propostas com custo menor, desconsiderando os predicados exigidos. Isso cria um desequilíbrio na disputa, favorecendo indevidamente aqueles que não atendem aos requisitos técnicos e de segurança, comprometendo a competitividade justa.

2.5.2 Dos laudos técnicos, NBR ISO 14001 e NR17

Destacamos que a comprovação das normas da ABNT decorre da imposição do Poder Público, através da Lei nº 4150/1962, que instituiu o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas da ABNT nos contratos de obras e compras da Administração Pública, bem como da Lei 8078/1999, art. 39, VIII que veda a colocação, no mercado de consumo, de produtos ou serviços em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela ABNT ou outra entidade credenciada.

Ainda neste interim a nova Lei de Licitações, nº 14.133/2021, veio a estabelecer os critérios técnicos a serem exigidos para as devidas comprovações do produto ofertado, visando a segurança da contratação pelos órgãos públicos, justificando-se a validação de exigências de **laudos técnicos para tal fim.**

Vejamos o que diz a nova Lei de Licitações:

Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

Além disto, o Ministério do Trabalho, através de sua Norma Regulamentadora, NR17. Vejamos o que diz a norma:

“17.1 Objetivo

17.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR visa estabelecer as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho.

17.1.1.1 As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário dos postos de trabalho, ao trabalho

com máquinas, equipamentos e ferramentas manuais, às condições de conforto no ambiente de trabalho e à própria organização do trabalho.

17.2 Campo de Aplicação

17.2.1 Esta Norma se aplica a todas as situações de trabalho, relacionadas às condições previstas no subitem

17.2.1.1, das organizações e dos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

Sobre a NBR ISO 14001, cumpre destacar que o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, feito em conjunto entre Câmara Nacional De Sustentabilidade, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União traz vasto material sobre tal tema.

A Lei nº 14.133/21 demonstra a preocupação do legislador com o impacto das contratações promovidas pela Administração Pública. Em razão disso, observa-se um aprimoramento no tratamento dos aspectos relacionados à sustentabilidade.

O tema vem regulado em diversos artigos esparsos, tendo havido bastante destaque principalmente quanto à dimensão ambiental. Confira-se, dentre outros, os dispositivos abaixo:

- Art. 5º: ratifica o desenvolvimento nacional sustentável como princípio nas licitações e contratações públicas;
- Art. 6º, incisos XII, XVIII, alínea "h", XXIII, alínea "c", XXIV, alínea "e", XXV e XXV, alínea "a" que incorporam o tema em diversas conceituações essenciais;
- Art. 11, inciso IV e parágrafo único impondo o desenvolvimento nacional sustentável como finalidade a ser buscada;
- Art. 18, §1º, inciso XII, que, já na fase preparatória, estabelece a necessidade de avaliação prévia dos aspectos de sustentabilidade ali relacionados;
- Art. 25, §5º, inciso I e §6º e 115, §4º, que tratam do licenciamento ambiental;

- Art. 26, inciso II, que admite o estabelecimento de margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- Art. 34, §1º, que permite a inclusão de custos decorrentes dos impactos ambientais na precificação do objeto, sempre que objetivamente mensuráveis, embora isso ainda precise ser regulamentado;
- Art. 42, inciso III, que inclui a avaliação do aspecto ambiental na comprovação da qualidade e conformidade do produto ofertado;
- Art. 45, incisos I a VI, contendo um rol amplo de requisitos de sustentabilidade a serem observados nas contratações de obras e serviços de engenharia;
- Entre outros.

“Segundo a cartilha no edital os critérios de sustentabilidade podem ser exigidos como requisito de aceitabilidade da proposta ou como requisito de habilitação. Atente-se que as exigências de sustentabilidade não devem ser genéricas.

Os critérios de sustentabilidade devem ser objetivamente exigidos, para que possam ser objetivamente comprovados.

O estabelecimento de requisitos de sustentabilidade precisos, além de viabilizar sua exigibilidade pelo pregoeiro/comissão de licitação ou pela fiscalização/gestão do contrato, também permitem sua comprovação concreta pelas licitantes.

Cumpra observar o que o mercado pode ofertar e as **possibilidades de comprovação e verificação dos critérios inseridos pelo órgão público, através de certificações, documentos comprobatórios, amostra, laudos técnicos, etc.”**

Ou seja a solicitação da certificação NBR ISO 14001 pela administração é clara e objetiva e foi descumprida pelo licitante.

Acórdão 861/2013 do Plenário do TCU

“Relativamente à exigência de certificados do Inmetro ou outro laboratório credenciado por ele, que garantem que os móveis atendem às normas específicas da ABNT, tratou-se de exigência de habilitação técnica, que passou a ser cobrada do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. Objetivou garantir o padrão de qualidade e assegurar perfeito funcionamento do mobiliário, com comprovação de

I. R. M. MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS – ME

CNPJ: 19.314.449/0001-52 **I. E. :** 86.583.160

Rua 209, nº48, Bairro Conforto, Volta Redonda - RJ 27.263-505

estabilidade, ergonomia, resistência e durabilidade dos itens a serem adquiridos. Cabe à Administração exigir qualidade em seus fornecimentos, com vistas a evitar desperdício de dinheiro público. Essa exigência atende ao interesse público e não se mostra desmedida ou desarrazoada. [...] O argumento de que a simples apresentação das amostras substituiria os certificados também não procede. Não cabe à administração pública fazer teste de resistência e durabilidade nos móveis apresentados, não há nem laboratórios para isso nos prédios públicos. [...]”

2.5.3 Da análise dos documentos da empresa provisoriamente habilitada

Ao analisarmos a documentação anexada pela empresa Kadoshi, identificamos que a empresa não apresentou laudos referentes a ASTM D 2794, NBR 9209/86 e o Certificado referente a norma NBR ISO 14001, bem como o laudo ergonômico, pois o apresentado é referente a marca da própria empresa, Kadoshi, e não da Rhodes, marca dos demais certificados e laudos, bem como marca apresentada na proposta e catálogos. Vejamos:

RELATÓRIO DE ENSAIO NR 17	
Ergocenter Promoção da Saúde e Ergonomia LTDA. CNPJ: 048752530001-60 Avenida Carlos Gomes de Sá, 335 sala 101 Vitória ES. CEP. 29.066-040 Tel. (27) 30628941 / 981419654 Responsável Técnico: Rodrigo Marçal Pereira Fisioterapeuta CREFITO 36097 Ergonomista Certificado SisCeb Sênior / ABERGO 098	
SOLICITANTE - MARCA	
Razão Social:	KADOSHI COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
Endereço:	R. João Samaha, 1380 – Letra B, CEP: 31.520-100; Belo Horizonte / MG
CNPJ:	14.193.613/0001-05
AValiação Técnica	
LINHA B-SIDE	
CARACTERÍSTICAS	
Assentos de Trabalho, que pode ser utilizada em estação de trabalho, escritório e home-office. Compatível com maioria dos componentes Rhodes, capa de encosto em quatro tamanhos e composição em estrutura giratória ou fixa.	

Ao observarmos o laudo emitido fica claro, que a marca correspondente ao laudo é da empresa Kadoshi e que as cadeiras são **“compatível com maioria dos componentes Rhodes”**. Compatível não é o mesmo que ser original, portanto não correspondem às cadeiras da Rhodes e sim da Kadoshi, que são coisas distintas, apesar de parecerem iguais, como diz o documento apresentado, são parecidas, portanto o licitante apresenta laudo de uma marca para cadeira de outra.

Outro ponto descumprido pela licitante é referente a uma exigência do edital que “O PRODUTO DEVERÁ CONTAR COM ETIQUETA DO FABRICANTE PARA CONFIRMAÇÃO DE QUE O PRODUTO ENTREGUE É DE FATO CORRESPONDENTE AOS CERTIFICADOS APRESENTADOS.”

Como o produto entregue será correspondente aos certificados apresentados se um dos certificados diz respeito a um produto compatível, mas não original da Rhodes, marca apresentada pelo licitante?

Ou seja, ao apresentar o laudo de outra marca e outro produto a empresa não cumpriu o estabelecido no edital referente a apresentação de laudo referente a NR17 do produto cotado, a saber da marca Rhodes.

É importante salientar que os produtos certificados formam uma espécie de kit, ontem o certificado se refere ao conjunto todo, rodinhas, base, pistão, assento, encosto, braços, etc. No momento que há a troca de algum dos componentes o material perde a certificação, pois afeta diretamente o conjunto. Cabe salientar também que o processo de certificação é contínuo, ou seja, além de enviar o produto para análise, periodicamente um produto de um lote aleatório é testado novamente para comprovar que o padrão se mantém, caso o produto seja reprovado ele perde a certificação.

Portanto não podemos considerar que uma cadeira com itens compatíveis, seja vista como a própria cadeira em si. Por que o licitante não apresentou um laudo em nome da própria fábrica como os demais apresentados? Por que o técnico responsável pelo laudo apresentado fez questão de frizar que os itens são compatíveis e não originais?

Neste caso seria o mesmo que cotar um medicamento de um laboratório, apresentar alguns laudos deste laboratório e o alvará sanitário de outro. Toda a documentação tem que estar linkada ao produto cotado, não podem ser laudos e certificados de produtos diferentes. Ou aquele produto cumpre por inteiro ou cumpre partes e o outros também partes do solicitado.

Ao que tange a exigência de tais documentos, cumpre destacar que em nenhum momento qualquer empresa apresentou impugnação ao edital solicitando a alteração do edital e a supressão de tais exigências, o que, juntamente ao fato de terem apresentado proposta, demonstram a concordância das demais empresas para com o edital em tela.

Da mesa forma a administração pública por algum motivo entendeu serem importantes ao cobrá-los, além da questão legal, conforme apresentado anteriormente.

3 Dos Pedidos

Diante do exposto com base nos fatos e fundamentos expostos, a recorrente vem mui respeitosamente perante o nobre pregoeiro(a), levando em conta ser uma análise meramente objetiva, visto que a empresa simplesmente não apresentou documentação comprobatória do atendimento à ASTM D 2794, NBR 9209/86, a norma NBR ISO 14001 e NR17, requerer que a empresa Kadoshi seja julgada inabilitada e que o pregão tenha continuidade nestes itens, sendo convocadas as próximas empresas mais bem classificadas, observando-se as exigências do edital.

Sem mais,

Agradecemos

IGOR REIS MOREIRA MATHIAS

IRM MATHIAS COMERCIO DE MOVEIS